TÓPICO II: INTRODUÇÃO A UMA ABORDAGEM FORMAL DA GRAMÁTICA & TÓPICO III: ASPECTOS DA GRAMÁTICA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

1. A Teoria do Caso e o Caso do Sujeito no PB

Um dos aspectos mais intrigantes do Português Brasileiro é o padrão de expressão do sujeito nessa gramática. Esta questão tem sido estudada como diretamente relacionada à variação no paradigma de flexão verbal do PB. , próximas aulas, discutiremos esse aspecto gramatical, com o apoio da bibliografia citada mais adiante. Antes disso, entretanto, precisamos revisar e aprofundar nossa breve incursão sobre o conceito de Caso na teoria gerativa.

Bibliografia fundamental:

🕮 MIOTO, Carlos et al. (2004). Novo Manual de Sintaxe. Florianópolis, Insular. (Capítulo 4: A teoria do caso).

Bibliografia complementar

🕮 CHOMSKY, Noam (1995). The Minimalist Program, MIT Press, Cambridge, Mass.
🕮 CHOMSKY, Noam (1999). Derivation by Phase. In Ken Hale: A Life in Language. Edited by Michael Kenstowicz. Cambridge, MA: MIT Press, 1999/2001, pp. 1-52.
🕮 HORNSTEIN, N., NUNES, J. & GROHMANN, KK. (2005) Understanding Minimalism. 6. Case Domains. Cambridge: Cambridge UP, 111-140
🕮 MIOTO, Carlos (2009). Sintaxe do Português. Florianópolis, LLV/CCE/UFSC.

0. Noção de Caso na teoria gerativa (revisão)

- Na teoria gerativa da gramática, a noção de *Caso* se relaciona as propriedades que permitem que os sintagmas nominais se tornem visíveis para a interpretação temática. Essa visibilidade pode ser codificada de diferentes formas em diferentes línguas – seja abstratamente (*Caso estrutural*) seja também superficialmente (*caso morfológico*).

(1) Mioto et al (1999: 112-113):

(a)	Puer	puellam	amat	
	menino-NOM	menina-ACC	ama	'*O menino ama a menina*'
(b)	Puella	puerum	amat	
	menina-NOM	menino-ACC	ama	'*A menina ama o menino*'
(c)	Puella	ab puero	amata est	
	menina-NOM	por menino-ABL	amada é	'*A menina foi amada pelo menino*'

Mioto et al (1999: 114ss):

- "Qual o papel destes morfemas casuais nas sentenças latinas? Eles tem o papel de estabelecer as funções gramaticais (sujeito, objeto de verbo, objeto de preposição) dos DPs e é através deles que são reconhecidos os papeis temáticos dos argumentos. Como sabemos, na relação de *amor* marcada pelo verbo em (2), qual o DP que desempenha o papel do que ama?"
  - sabemos qual DP desempenha *o papel do que ama* pelo morfema **Ø** do nominativo: *puer*, *puella*
  - sabemos qual DP desempenha *o papel do que é amado* ama pelo morfema **-m** do acusativo: *puella***m**, *pueru***m**
- "São os morfemas que marcam a reversão dos papeis temáticos em (a). Já numa sentença passiva como (c), o morfema que marca o papel temático do que e amado e /-a/ do nominativo, e o papel tematico do que ama e indicado pelo morfema /-o/ (em conjunto com a presença da preposição -ab *por*, que pode ser omitida)"
- "Um mesmo caso como nominativo serve para indicar papéis-θ diferentes; ou casos diferentes como nominativo e ablativo podem indicar o mesmo papel-θ . Portanto, caso morfológico não pode ser confundido com papel-θ. Mas existe uma relação direta entre eles que e enunciada a partir da constatação de que o caso tem que ser explicito para que dele se possa deduzir o papel-θ: numa língua como o latim, não e possível a ocorrência de um DP sem marca de caso. Se isso acontecesse não saberíamos o papel- θ do DP na sentença. Dizemos, então, que o caso deixa o papel- θ **visivel** para a interpretacao θ "
- "Também numa língua como o português, que não apresenta marca morfológica de caso, os DPs devem ser visíveis para a interpretação θ. (...)"

(2)

(a) O menino ama a menina

(b) A menina ama o menino
(c) A menina foi amada pelo menino

- "Como sabemos que *o menino* desempenha o papel do que ama em (4a)?
  - sabemos porque este DP antecede o verbo.
- Como sabemos que *menino* desempenha o papel do que e amado em (4b)?
  - sabemos porque este DP vem depois do verbo.
- *"Grosso modo*, podemos dizer que a ordenação dos DPs no português e importante para torná-los visíveis para a interpretação θ."
- "Então, vamos admitir que essa condição de visibilidade se aplica a qualquer língua, mesmo as que nao dispõem de caso morfológico. Isto e, abstraindo a morfologia, todas as línguas seriam semelhantes ao latim porque tem que dar visibilidade aos DPs para que eles tenham sua interpretação θ garantida.Todas as línguas são idênticas por disporem da categoria gramatical Caso".

Observemos agora os seguintes contrastes:

(3) Papel temático / posição
(a) (i) Puer amat [puellam]-TEMA '*O menino ama a menina*'
(ii) O menino ama [a menina]-TEMA
(b) (i) Puella amat [puerum]-TEMA '*A menina ama o menino*'
(ii) A menina ama [o menino]-TEMA
(c) (i) [Puellam]-TEMA amat puer '*O menino ama a menina*'
(ii) *[A menina]-TEMA ama o menino
(d) (i) [Puerum]-TEMA amat puella '*A menina ama o menino*'
(ii) *[O menino]-TEMA ama a menina

(4) Papel temático / posição / caso morfológico
(a) (i) Puer-NOM amat [puellam-ACC]-TEMA '*O menino ama a menina*'
(ii) O menino ama [a menina]-TEMA
(b) (i) Puella-NOM amat [puerum-ACC]-TEMA '*A menina ama o menino*'
(ii) A menina ama [o menino]-TEMA
(c) (i) [Puellam-ACC]-TEMA amat puer-NOM '*O menino ama a menina*'
(ii) *[A menina]-TEMA ama o menino
(d) (i) [Puerum-ACC]-TEMA amat puella-NOM '*A menina ama o menino*'
(ii) *[O menino]-TEMA ama a menina

(5) Papel temático / posição / caso morfológico: passivas
(a) (i) [Puella-**NOM**]-TEMA amata est ab puero-**ABL** (*oblíquo*)
(ii) [A menina]-TEMA foi amada pelo menino (*oblíquo*)

Algumas observações empíricas indicativas do Caso estrutural:

(6) Manifestações de caso morfológico residual em línguas sem sistema rico de caso morfológico
(a) **Eu** vi a Maria
(b) A Maria **me** viu
(c) A Maria olhou para **mim**

(7) Contrastes que revelam que elementos "vazios" em cadeias devem ter Caso:
(a) I met the man that Mary believed ____ to be a genius
[OP_i that Mary believed the man_i to be a genius]
(b) * I met the man that it was believed ____ to be a genius
[OP_i that it was believed the man_i to be a genius]

Caso estrutural e relações gramaticais

- O "Caso" é portanto uma propriedade das relações que se estabelecem entre os constituintes gramaticais. Enquanto as propriedades temáticas eram estritamente relacionadas a semântica lexical dos verbos e de seus argumentos, tomando noções como evento, ação, tema, agente, locativo..., o caso e uma categoria mais puramente relacional. Um DP não será acusativo ou nominativo a depender de sua semântica lexical, mas sim a depender de sua relação gramatical com outros componentes da frase.

- Em linhas gerais, portanto, a propriedade de Caso e a que permite que a relação temática entre os diferentes constituintes seja interpretada nas interfaces. Por isso se diz que os DPs precisam resolver sua configuração de Caso para se tornarem **interpretáveis**.

Interpretabilidade *versus* Inteligibilidade

(8)

(a) A bilimboca pilincou o minquilico
(b) O minquilico pilincou a bilimboca
(c) A bilimboca foi pilincada pelo minquilico

- "Interpretability is not to be confused with intelligibility. A convergent expression may be complete gibberish, or unusable by performance system for various reasons. And performance systems typically assign interpretation to nonconvergent expressions". (Chomsky, 1998:8 [nota 19])

Caso estrutural e "Concordância"

- Por ser uma noção relacional, o Caso está ligado a outras noções relacionais, como a **Concordância**. A concordância superficial (morfológica, no sentido estrito) manifesta uma relação estrutural entre dois constituintes sintáticos. Dizemos que dois itens "concordam" quando verificamos uma identidade relativa entre eles. O Caso estrutural esta, assim, intimamente ligado com questões de "concordância".

(9) Concordância NP-V e Caso estrutural

(a) [A menina]-TEMA	foi amada pelo menino	= tema em posicao de NOM
(b) [As menina**s**]-TEMA	fo**ram** amad**as** pelo menino	= tema em posicao de NOM
(c) A menina ama	[o menino]-TEMA	= experienciador em posicao de NOM
(d) As menina**s** ama**m**	[o menino]-TEMA	= experienciador em posicao de NOM
(e) [Puella-**NOM**]-TEMA	amata est ab puero	= tema em posicao de NOM

- A grande questão em torno do Caso (essa propriedade que as línguas apresentam de poder relacionar os constituintes entre si tornando a interpretação temática visível) e saber como essas relações são estabelecidas: que procedimentos envolve, em que espaços se aplicam esses procedimentos.

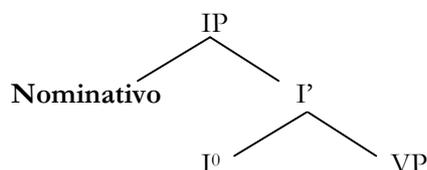
"Teoria do Caso"

- A teoria do caso foi se desenvolvendo basicamente para resolver o problema de como conceituar as relações gramaticais e como garantir uma descrição adequada as varias observações empíricas sobre como essas relações se manifestavam nas diferentes línguas. Nesse sentido, foram sendo apresentadas propostas no sentido de determinar os espaços de aplicação dessas propriedades relacionais – limitando esses espaços por diferentes noções de **localidade** e relação hierárquica (**dominância**).
- O princípio único da Teoria do Caso é o de que todo DP pronunciado deve pertencer a uma cadeia com caso ("*Filtro do Caso*")
- São três os casos estruturais: **Nominativo**, **Acusativo** e **Oblíquo**. Cada um deles corresponde a diferentes configurações estruturais.

Configuração canônica para marcação de caso

- É aquela que um núcleo atribui caso a seu complemento:

Configuração "não-canônica" para marcação de caso

- É aquela em que um núcleo atribui caso a seu especificador. A marcação de caso nesta configuração é uma exclusividade do núcleo funcional I^o:

1. A teoria do Caso e o Caso do Sujeito no PB

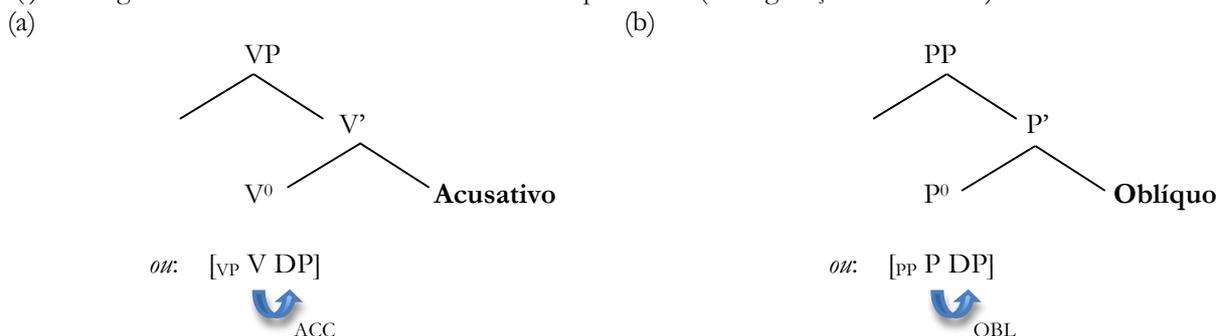
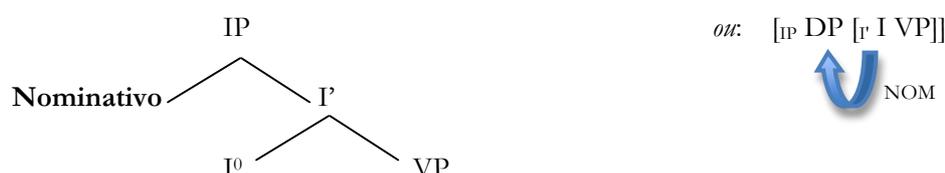
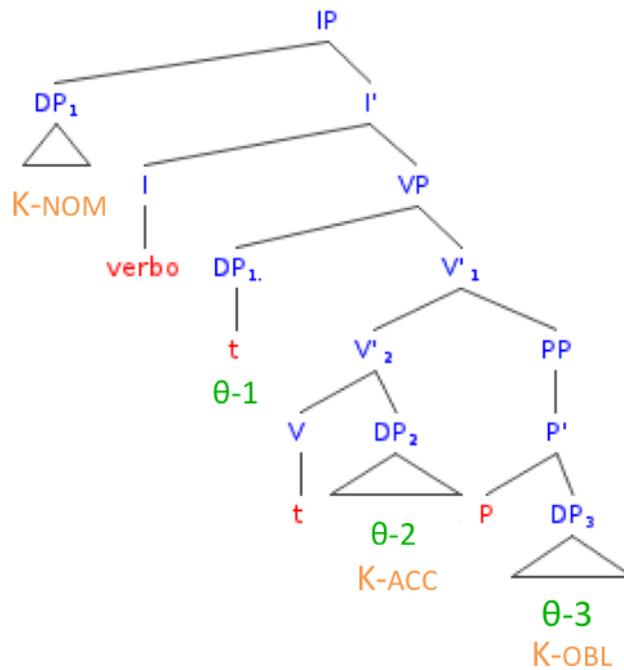
1.1 Noção de Caso na teoria gerativa - do Modelo Regência e Ligação ao Modelo Minimalista

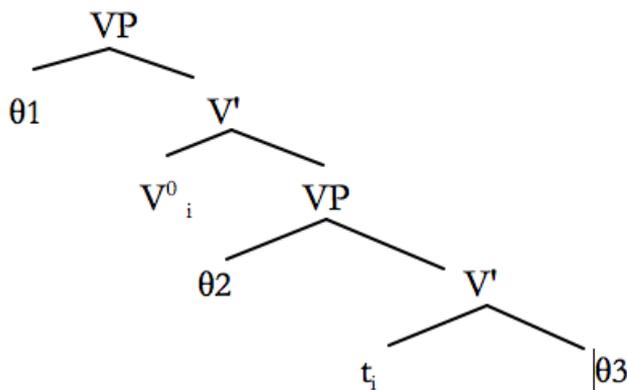
1.1.1 Resumo Geral da noção de caso

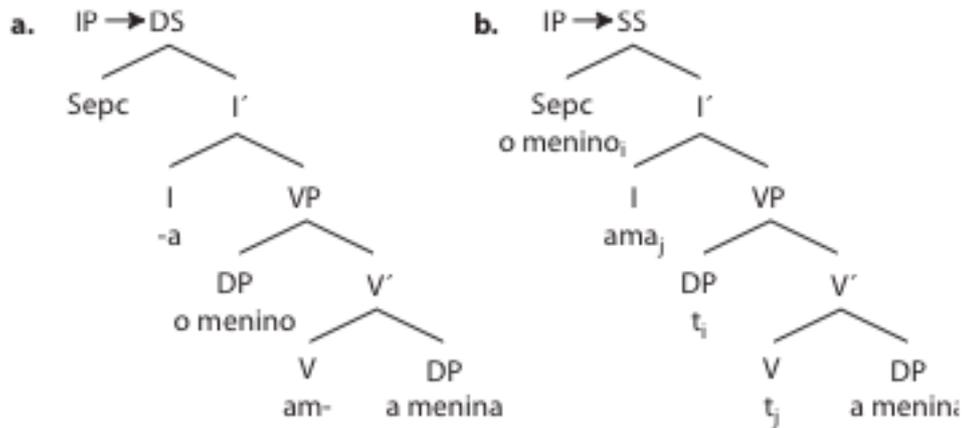
- Na teoria gerativa da gramática, a noção de *Caso* se relaciona as propriedades que permitem que os sintagmas nominais se tornem visíveis para a interpretação temática. Essa visibilidade pode ser codificada de diferentes formas em diferentes línguas – seja abstratamente (*Caso estrutural*) seja também superficialmente (*caso morfológico*). Em linhas gerais, a propriedade de Caso é a que permite que a relação temática entre os diferentes constituintes seja interpretada nas interfaces. Por isso se diz que os DPs precisam resolver sua configuração de Caso para se tornarem **interpretáveis**.
- O princípio único da Teoria do Caso é o de que todo DP pronunciado deve pertencer a uma cadeia com caso ("*Filtro do Caso*").
- São três os casos estruturais: **Nominativo**, **Acusativo** e **Oblíquo**. Cada um deles corresponde a diferentes configurações estruturais.
- O "Caso" é portanto uma propriedade das relações que se estabelecem entre os constituintes gramaticais. Enquanto as propriedades temáticas eram estritamente relacionadas a semântica lexical dos verbos e de seus argumentos, tomando noções como evento, ação, tema, agente, locativo..., o caso é uma categoria mais puramente relacional. Um DP não será "acusativo" ou "nominativo" a depender de sua semântica lexical, mas sim a depender de sua **relação** com outros componentes da frase.
- Por ser uma noção relacional, o Caso está ligado a outras noções relacionais, como a **Concordância**. A concordância superficial (morfológica, no sentido estrito) manifesta uma relação estrutural entre dois constituintes sintáticos. Dizemos que dois itens "concordam" quando verificamos uma identidade relativa entre eles. O Caso estrutural estaria, assim, ligado a questões de "concordância".
- A grande questão em torno do Caso é saber como essas relações são estabelecidas: que procedimentos envolve, em que espaços se aplicam esses procedimentos. A teoria do caso foi se desenvolvendo basicamente para resolver o problema de como conceituar as relações gramaticais e como garantir uma descrição adequada as varias observações empíricas sobre como essas relações se manifestavam nas diferentes línguas. Nesse sentido, foram sendo apresentadas propostas no sentido de determinar os espaços de aplicação dessas propriedades relacionais – limitando esses espaços por diferentes noções de **localidade** e relação hierárquica (**dominância**).

1.1.2 Aspectos relevantes no modelo Regência e Ligação

1.1.2.1 Configurações para marcação de caso no modelo Regência e Ligação

(i) Por regência: um núcleo atribui caso a seu complemento (configuração "canônica"):

(ii) Por relação especificador/núcleo: um núcleo atribui caso a seu especificador (configuração "não-canônica", exclusividade do <u>núcleo funcional I°</u>):

Tal seja, num predicado bi-transitivo: (*cf. slides_III, em especial o slide 65*)

1.1.2.2 Conchas de Larson

- "Larsonian Shell", Larson (1988):

1.1.2.3 Caso e a noção de "Estrutura Superficial"

- No modelo "Regência e ligação" (GB), o filtro do caso (i.e. "*todo DP pronunciado deve pertencer a uma cadeia com caso*") se aplicava na chamada "Estrutura superficial" ou SS. De fato: a verificação de caso era uma das principais razões da existência da SS como nível de representação.
- Basicamente, isso significava o seguinte: na "DS", deep structure, estrutura profunda, os DPs estavam identificados pelo papel temático. Apenas em "operações posteriores" - vistas, ali, como "aplicadas em níveis posteriores" - os papéis temáticos se tornavam visíveis. Essas operações, basicamente, envolviam movimentos motivados pelo requerimento de caso. Por exemplo: o DP sujeito era aquele que se movia para o especificador de IP "para receber caso". Em DS, este DP ainda estava in-situ, "sem caso".
- Assim, nesse modelo, era como se a "árvore" fosse uma estrutura esquelética "pronta" que fosse se "preenchendo" aos poucos, por diferentes razões em diferentes momentos. Os sintagmas (pensemos especificamente nos DPs) eram então "pendurados" nos nós das árvores num primeiro momento da DS - aí se dizia: são "gerados" neste ponto neste momento. Em seguida, eram "movidos" para outros nós, no momento da SS. Mas vejamos: os pontos nodais para onde os sintagmas eram "movidos" na fase SS já estavam prontos em DS - como se estivessem ali esperando seus penduricalhos, os XPs "movidos". Por exemplo:

(Mioto, 2009:99)
("*Sepc*" - leia-se "Spec")

- Esta concepção foi radicalmente transformada na década de 1990 por Chomsky (1995, 1999), como veremos a seguir.

1.1.3 Aspectos relevantes no "Modelo Minimalista"

> **4.1 The Minimalist Program**
>
> A particular language L is an instantiation of the initial state of the cognitive system of the language faculty with options specified. We take L to be a generative procedure that constructs pairs (π, λ) that are interpreted at the articulatory-perceptual (A-P) and conceptual-intentional (C-I) interfaces, respectively, as "instructions" to the performance systems. π is a PF representation and λ an LF representation, each consisting of "legitimate objects" that can receive an interpretation (perhaps as gibberish). If a generated representation consists entirely of such objects, we say that it satisfies the condition of Full Interpretation (FI). A linguistic expression of L is at least a pair (π, λ) meeting this condition—and under minimalist assumptions, at most such a pair, meaning that there are no levels of linguistic structure apart from the two interface levels PF and LF; specifically, no levels of D-Structure or S-Structure.

Chomsky (1995)
(cf. Diagrama na aula 7)

- A grande questão do Programa Minimalista, a partir de Chomsky 1995, foi: como depurar GB sem jogar fora seus avanços explicativos e descritivos?
- Neste sentido, a reformulação da concepção de Caso é um ponto fundamental do minimalismo - já que:
  (a) Queremos manter a noção geral de Caso Estrutural;
  (b) Queremos eliminar níveis internos à teoria;
  (c) A "atribuição de caso" é uma das principais "tarefas" do nível SS em GB.
- Em Hornstein et al (2005, Cap 3) há um excelente relato dos desenvolvimentos do minimalismo quanto ao problema do caso.
- Aqui, importa apontar três pontos principais:

  (i) Eliminação de SS
  (ii) Eliminação de regência
  (iii) Abordagem da montagem da estrutura em fases

- Abordagem da montagem da estrutura em fases (Merge/Move como fases): cada nó da árvore "surge" no momento em que é concatenado. Assim, ao longo da formação de VP, IP não está "esperando". IP é formado pela concatenação de um núcleo I com um VP.
- Consequentemente: não "existe" "Spec de IP" no sentido de um elemento estrutural abstrato vazio "esperando" um DP ser "pendurado" nele. O "especificador de IP" **é** o DP que se concatena à formação

anterior (i.e. I+VP). Observem, nos slides da aula 10, que todas as nossas derivações "em pedaços" estão sugeridas neste espírito, de modo que cada novo nó é formado pela concatenação de uma nova categoria funcional (X^0); não há "esqueletos" esperando sintagmas para se "pendurarem" em ponto algum.

- Notemos como isso muda inteiramente a questão do Caso Nominativo: não podemos mais dizer que o DP "*se move para o Spec de IP para receber caso*". Não "há" Spec de IP antes deste "movimento".
- O que temos que explicar, agora, é justamente a transformação de um DP de VP em especificador de IP. Assim, aqui temos novas perguntas a formular, em especial quanto ao especificador de IP: por que, afinal, temos um especificador para IP?
- Num espírito minimalista...

(i) Vamos manter a intuição central da coisa

(por exemplo, *"A posição de sujeito remete a alguma relação muito especial entre determinado DP e o predicado (VP), e esta relação tem alguma coisa a ver com o epifenômeno da "flexão" em algumas línguas)*

(ii) Vamos propor uma análise mínima formalizável:

(por exemplo, "*Um DP será concatenado ao núcleo funcional I porque este DP e I possuem uma estreita identidade; esta identidade estabelecida de alguma forma entre este DP e I irá organizar toda a estrutura da sentença. De modo que seja o que for que fizermos com esta sentença, este DP será sempre estruturalmente "saliente". Ele está ali para isso: para mostrar que ele é a relação principal.*")

- Em termos mínimos, essa pode ser uma definição de sujeito apropriada para este modelo:
  Sujeito é a ***posição*** *mais saliente da estrutura.*
- Entre os detalhes de implementação a serem definidos, estariam: entre os diversos DPs que um VP contém, qual será "escolhido" para compor esta relação saliente, e por quê? (relação *Probe/Goal, traços Phi*, etc.). Só não vale mais dizer que já há um traço no especificador: vale, sim, dizer que há um requerimento de I (de um lado) e um requerimento do DP (do outro lado), e que esses dois requerimentos precisam ser atendidos pela operação que concatena este DP a I.
- Bem: neste modelo, podemos pensar que o que chamamos de "CASO NOMINATIVO" é resultado do atendimento destes requerimentos de identidade entre uma posição saliente e um DP.

> For the Case/agreement systems, the uninterpretable features are φ-features of the probe and structural Case of the goal N. φ-features of N are interpretable; hence, N is active only when it has structural Case. Once the Case value is determined, N no longer enters into agreement relations and is "frozen in place" (under (3a)). Structural Case is not a feature of the probes (T, *v*), but it is assigned a value under agreement, then removed by Spell-Out from the narrow syntax. The value assigned depends on the probe: nominative for T, accusative for *v* (alternatively ergative-absolutive, with different conditions). Case itself is not matched, but deletes under matching of φ-features.

(Chomsky, 1999)

> *Podemos dizer que a análise da expressão do sujeito no PB ganha cores muito mais interessantes diante dos desenvolvimentos minimalistas da teoria gerativa. Podemos, agora, desenvolver uma visão mais refinada sobre a relação entre "morfologia de flexão" e "concordância Sujeito-Verbo". Neste final de curso, iremos examinar a expressão do sujeito no PB como estritamente relacionada a alguns aspectos-chave, listados a seguir.*

1.2. Voltando ao Caso do PB

- Enfraquecimento da morfologia flexional e das relações de concordância:

(a) Chegou as encomenda
(b) Eles vai hoje

- Tendência ao preenchimento do sujeito pronominal:

(a) Eu encontrei meu amigo ontem

- Tendência ao objeto nulo (possível em contextos distintos do PE):

(a) Eu ouvi várias vezes esse disco antes de decidir comprar __
(b) O fundo da piscina deu defeito e tiveram que esvaziar __

- Possibilidade do uso do pronome tônico em posição de objeto e em sujeito de infinitiva:

(a) A Maria encontrou ele ontem
(b) Deixa eu pensar nas profissões
(c) A gente manda ele deitar a cabeça e ele deita

- Mudança nas estratégias de relativização:

(a) O rapaz que eu vi ele na festa já foi embora
(b) Eu tinha uma empregada que ela atendia o telefone e dizia...

- Reestruturação do paradigma pronominal, com {a gente}, {você} impessoal:

(a) A gente viu ela ontem
(b) Você tem muito disso no Rio de Janeiro

- Modificações no uso do pronome SE: rareamento do uso impessoal em sentenças finitas, introdução em sentenças não-finitas

(a) Hoje em dia, não _ usa mais saia
(b) Aqui _ conserta sapatos
(c) É impossível se achar lugar aqui
(d) O João é difícil de se convencer

- Rareamento do uso impessoal em sentenças finitas introdução em sentenças não-finitas:

(a) Hoje em dia, não _ usa mais saia [vs.PE: Hoje em dia não se usa mais saia]
(b) Aqui _ conserta sapatos [vs.PE: Aqui consertam-se sapatos]
(c) É impossível se achar lugar aqui [vs.PE: É impossível __ achar lugar aqui]
(d) O João é difícil de se convencer [vs.PE: O João é difícil de __convencer]

- Reorganização dos padrões sentenciais (perda da inversão, estabelecimento de SV)

(a) Essa competência ela é de natureza mental
(b) A clarinha ela cozinha que é uma maravilha

- Contrastes de interpretação nas categorias vazias de sujeito:

(a) O Pedro disse que vai viajar >
[O Pedro]-i disse que [_]-i/*j vai viajar

- Construções de tópico:

(a) A Belina cabe muita gente
(b) A revista está xerocando
(c) A cueca de dinossauros do Calvin está lavando

- Alternância Ergativa:

(a) A mesa molhou toda
(b) Cuidado, senão você atropela
(c) Eu pensei que a gente ia sugar
(d) Esse trem já perdeu
(e) Minha vó vai operar amanhã

Bibliografia Complementar sobre o PB

(i) Textos à disposição na internet

- CIRÍACO, L. e CANÇADO, M. (2006). Inacusatividade e Inergatividade no PB. Cadernos de Estudos Linguísticos. 46 (2). Publicado em 2006 com a data de 2004.
- COSTA, João; SILVA, Maria Cristina Figueiredo. Notas sobre a concordância verbal e nominal em português. Estudos Lingüísticos XXXV, p. 95-109, 2006. [95 / 109]
- DUARTE, M.E.L. (2003) A evolução na representação do sujeito pronominal em dois tempos. In: PAIVA M. C. & DUARTE, M. E. L., Mudança Lingüística em Tempo Real. Rio de Janeiro: Contra Capa, pp. 115-128.
- DUARTE, M.E.L. (2003) O sujeito expletivo e as construções existenciais. In: RONCARATI et alii. (orgs.) Português Brasileiro – contato lingüístico, heterogeneidade e história. Rio de Janeiro: 7 Letras. pp. 123-131.
- FARACO, Carlos Alberto. O tratamento Você em português: Uma abordagem histórica. Fragmenta, n. 13, p.51-82, 1996. Curitiba: Editora da UFPR.
- GALVES, Charlotte. Agreement, Predication, and Pronouns in the History of Portuguese. Portuguese. In: COSTA, J. (Org.). Portuguese Syntax: New Comparative Studies. OXFORD, 143-168, 2000.
- KATO, Mary Aizawa & NEGRÃO, Esmeralda Vailati (eds.) (2000) Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter. Vervuert – Iberoamericana. 270 pp.
- LUCCHESI, Dante. As duas grandes vertentes da história sociolingüística do Brasil, D.E.L.T.A., São Paulo, 17: 1, 2001, pp. 97-130, 2005
- MODESTO, Marcelo. Sujeito Nulo em línguas de tópico proeminente. Revista da ABRALIN, vol. III, no 1, p. 119-145, 2004.
- RAMOS, Jania; VITRAL, Lourenço; SOUZA, Elizete. A Propósito dos pronomes nominativos no PB. PHPB – Londrina, maio de 2007-05-16
- TEIXEIRA DE SOUSA, Lílian. Sujeito, Tópico e Concordância no Português Brasileiro. In Língua portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas. (Eds.) Ma. João Marçalo & Ma Célia Lima-Hernandes, Elisa Esteves, Ma. do Céu Fonseca, Olga Gonçalves, Ana LuísaVilela, Ana Alexandra Silva. Universidade de Évora, 2010.
- TORRES-MORAIS, Maria Aparecida C.R. Resenha de Kato & Negrão 2000. DELTA [online]. 2001, vol.17, n.1, pp. 155-168. ISSN 0102-4450.

(ii) Obras à disposição em bibliotecas

- DUARTE, M.E.L. (1993) Do pronome nulo ao sujeito pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil In I. Roberts; M. Kato. (Orgs.). Português Brasileiro: Uma Análise Diacrônica. 1.a ed. Campinas: Editora da Unicamp.
- FERREIRA, Marcelo. B.(2000) Sujeitos Nulos e Objetos Nulos no Português Brasileiro. Tese de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas.
- SILVA, M.C. Figueiredo (1996). A Posição do sujeito no Português Brasileiro: Frases finitas e infinitivas. Campinas: Editora da Unicamp.
- GALVES, Charlotte. O objeto nulo no português brasileiro: percurso de uma pesquisa. "Caderno de Estudos Lingüísticos", 17, 1989.
- KATO, M.A. (1993b) The distribution of null and pronominal objects in Brazilian Portuguese. Linguistic Perspectives on the Romance Languages: Selected Papers from the XXI Linguistic Symposium on Romance Languages (Currents Issues in Linguistic Theory Series), Amsterdam: John Benjamins: 225-235.
- MENUZZI, Sérgio. Concordância na anáfora pronominal em português do Brasil: Conflitos entre condições gramaticais e semânticas, e a estrutura da gramática. Em L. Negri, M.J. Foltran, R.P. de Oliveira (orgs): "Sentido e significação: Em torno da obra de Rodolfo Ilari". São Paulo: COntexto, 2004
- NARO, Anthony & SHERRE, Marta (1993) "Sobre as origens do português popular do Brasil". D.E.L.T.A., vol. 9, nº Especial, pp. 437-454.
- NEGRÃO, E.V. & VIOTTI, E. (2008). Estratégias de impessoalização no português brasileiro. In: José Luiz Fiorin; Margarida Maria Taddoni Petter. (Orgs.). "África no Brasil: A formação da língua portuguesa". São Paulo: Editora Contexto, 2008, (179-203)
- NEGRÃO, Esmeralda & MÜLLER, Ana Lúcia. As Mudanças no sistema pronominal do português brasileiro: Substituição ou especialização de formas ? D.E.L.T.A, vol 12, n.1, 1996 (125-152).
- NEGRÃO, Esmeralda V. (2000) O português brasileiro: uma língua voltada para o discurso. Boletim da Associação Brasileira de Lingüística (ABRALIN), Fortaleza, v. 25, p. 183-199.
- PONTES, Eunice Souza Lima. "O Tópico no português do Brasil". Campinas: Pontes, 1987.